

TERMO DE CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE CUSTÓDIA									
Número do Termo de Análise de Credenciamento					001/2022				
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)					001/2022				
I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS									
Ente Federativo		Prefeitura Municipal de Cascavel			CNPJ		07.859.369/0001-20		
Unidade Gestora do RPPS		INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS - CAPREV			CNPJ		11.598.569/0001-17		
II- DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA									
Razão Social		Caixa Econômica Federal			CNPJ		00.360.305/0001-04		
Endereço		AV. PAULISTA 750 – 9 ANDAR– São Paulo/SP			Data Constituição		12/01/1861		
E-mail (s)		<a href="mailto:geseg01@caixa.gov.br">geseg01@caixa.gov.br</a>			Telefone (s)		(11) 3572-4600		
Data do registro na CVM		1/10/2002		Categoria (s)		Custodiante			
Controlador/ Grupo Econômico							CNPJ		
Principais contatos com RPPS				Cargo		E-mail		Telefone	
Janaína de Amorim Silva				Gerente Executivo		<a href="mailto:geseg01@caixa.gov.br">geseg01@caixa.gov.br</a>		(11) 3572-4182	
A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM ou outro órgão competente?						Sim		X	
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?						Sim		X	
Os profissionais diretamente relacionados no processo de distribuição e intermediação dos recursos do RPPS possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?						Sim		X	
A Instituição e as partes a ela relacionadas recebem qualquer remuneração, benefício ou vantagem de terceiros que potencialmente prejudiquem a independência na prestação do serviço?						Sim		X	
A instituição está alinhada aos objetivos do RPPS quanto à independência na prestação dos serviços e ausência de potenciais conflitos de interesse nos termos do art. 24 da Resolução CMN nº 4.963/2021?						Sim		X	
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?						Sim		X	
Documentos disponibilizados em site		Sim		X		Não		Página Internet	
								<a href="http://www.caixa.gov.br/fundos-investimento/rpps/credenciamento-">http://www.caixa.gov.br/fundos-investimento/rpps/credenciamento-</a>	
III – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EM QUE A INSTITUIÇÃO ESTÁ SENDO CREDENCIADA:									
Custódia de Títulos e Valores Mobiliados Resolução CVM nº 32/2021									
VI - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO									

<b>Estrutura da Instituição</b>	A CAIXA encontra-se devidamente registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e autorizada para a prestação dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório CVM n°. 3.241, de 04 de Janeiro de 1995. Essa atividade é exercida na CAIXA por meio de sua VicePresidência Fundos de Investimento ("VIART").
<b>Segregação de Atividades</b>	A CAIXA oferece serviços bancários e financeiros: depósito e captações de recursos, poupança, cartões, crédito e financiamento habitacional, seguros, previdência privada, penhor, financiamento estudantil, capitalização, consórcio, serviços para o poder judiciários, crédito rural, conectividade social, FGTS, comércio exterior dentre
<b>Qualificação do corpo técnico</b>	Em busca de melhoria do Resultado Operacional, foram adotadas medidas de racionalização de despesas, aperfeiçoamento e automatização de processos, de modo que o quadro funcional da VIART, em 31 de dezembro de 2021, era de 187 empregados.
<b>Histórico e experiência de atuação</b>	A Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), Instituição financeira sob a forma de empresa pública, foi criada em 12 de janeiro de 1861 quando Dom Pedro II assinou o Decreto n° 2.723, que fundou a Caixa Econômica da Corte. Diversas mudanças em sua estrutura foram efetuadas, dentre elas a unificação das Caixas Econômicas Estaduais.
<b>Principais Categorias e Serviços Prestados</b>	Formulário de Referência CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em Anexo
<b>Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro</b>	Formulário de Referência CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em Anexo
<b>Regularidade Fiscal e Previdenciária</b>	Apresentou todas as certidões
<b>Volume de ativos sob sua gestão</b>	Em dezembro de 2021, a CAIXA figurava como a 4ª maior administradora de fundos do Brasil, de acordo com o Ranking de Administração de fundos de Investimento. ANBIMA, com R\$ 552,8 bilhões* em patrimônio líquido de fundos sob administração, o que representa 8,0% da Indústria de fundos.
<b>Outros critérios de análise</b>	

#### VII - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO

Recebemos todos os documentos necessários para o credenciamento da instituição, Realizamos uma análise criteriosa da instituição e dos referidos fundos de investimento, com a opinião de uma consultoria contratada, que respalda a nossa tomada de decisão quanto a essa aplicação. Ademais, registramos todo o processo e arquivamos os documentos destacando a solidez patrimonial, o histórico de gestão, os controles de riscos, entre outros procedimentos adotados pela instituição, destacadas no Questionário Due Diligence Seção I e Seção II.

<b>Local:</b>	<b>Cascavel/CE</b>	<b>Data</b>	<b>31/03/2022</b>
<b>VIII - DOS RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO:</b>	<b>Cargo</b>	<b>CPF</b>	<b>Assinatura</b>
VON BRAWN CERIS E SANTOS	Diretor Presidente	***.***.***-**	

NATALIA SOARES SILVA	Diretora Financeira	***.***.***_**	

## **CRENCIAMENTO DE CUSTODIANTES EM OPERAÇÕES DIRETAS COM TÍTULOS PÚBLICOS**

Nos termos do inciso VI, §1º, art. 1º e art. 23º da Resolução CMN nº 4.963/21, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deverão realizar o prévio credenciamento dos custodiantes em caso de contratação de prestadores de serviços de custódia. O art. 105, parágrafo único, da Portaria MPT nº 1.467/2022, destaca a necessidade de credenciamento quanto aos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários relativos à carteira de títulos públicos federais sob gestão própria do RPPS. Deverão ser observados, neste credenciamento, dentre outros critérios, o histórico e a experiência de atuação, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional e o padrão ético de conduta da instituição credenciada.

Os §§ 4º e 5º do art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/21 dispõem que todos os participantes do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre aplicações dos recursos de regimes próprios de previdência social e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes são responsáveis pela gestão dos recursos. Os prestadores de serviço deverão ser autorizados e credenciados, observados, dentre outros critérios, conflitos de interesse, monitoramento periódico, política de contratação e, no caso do Custodiante, deve estar em conformidade com a Resolução CVM nº 32, de 19/05/2021.

Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº 1.467/2022, sendo que o art. 106,IV, dispõe que “A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet”.

A Resolução CMN nº 4.963/2021 destaca, ainda, em seu art. 1º, §5º, que são incluídas no rol de responsáveis pela gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 4.963/2021.

O art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº 103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Nesse contexto, cabe destacar que, além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução CMN nº 4.963/2021, é necessário a comprovação de que foram observados os parâmetros gerais de gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto nos seus arts. 86, 87 e 103 a 124.

O presente termo deverá ser apresentado com requisitos mínimos a serem observados nele contidos.

A título de orientação, no Termo de Credenciamento estão destacados na cor branca os campos que necessitam de preenchimento por parte da Unidade Gestora do RPPS

Ciente.

---

RPPS DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL / CE (CAPREV)  
**Representantes Legais**

---

RPPS DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL / CE (CAPREV)  
**Gestor**

---

CAIXA ECONÔMICA.  
**Instituição Credenciada**